

**ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE  
ESPÍRITO SANTENSE - AEBES  
HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos administradores e associados  
Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense - AEBES  
Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves  
Serra, ES

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense - AEBES referente ao Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado do período e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Conforme Nota Explicativa nº 32, no dia 01 de março de 2013, o Ministério Público Especial de Contas e o Ministério Público do Estado do Espírito Santo emitiram o Termo de Notificação nº 0283, referente ao Processo TC - 2299/2013, solicitando a suspensão da execução do Contrato de Gestão nº 001/2012 referente à gestão do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. O processo não teve liminar concedida contra a AEBES - Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense, até a presente data. Sem a referida liminar, motivou-se o ajuizamento pela defensoria, de agravo de instrumento, recentemente julgado pelo Tribunal a favor da AEBES conforme acórdão expedido em 02 de dezembro de 2014 e publicado em 15 de dezembro de 2014. A Administração da AEBES está aguardando o encerramento do processo quanto à manutenção do contrato de gestão. Consequentemente, as demonstrações contábeis não refletem nenhum ajuste requerido caso seja rescindido o Contrato de Gestão nº 001/2012. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor e pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 03 de março de 2017.

Wesley Cristian Marques - Contador CRC1ES009545/O-0  
BAKER TILLY BRASIL-ES - Auditores Independentes -  
CRC2ES000289/O-0

**QUADRO I  
BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)**

	Nota	Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2015
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>44.745.551</b>	<b>36.333.746</b>
Caixas e Equivalentes de Caixa	4	19.585.054	11.349.834
Contas a Receber de Clientes	5	20.321.701	19.833.798
Estoques	6	3.817.122	4.198.281
Outros Ativos Financeiros	7	1.021.674	951.833
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>274.791</b>	<b>131.287</b>
Depósito Judicial	16	266.608	121.272
Imobilizado	8	8.182	10.015
Intangível	9	-	-
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVA</b>		<b>18</b>	<b>28.549.638</b>
Imobilizado de Terceiros		12.705.748	12.659.240
Contrato de prestação de serviço em saúde		15.843.890	5.185.512
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>73.569.980</b>	<b>54.309.785</b>
		<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>42.974.729</b>	<b>34.571.920</b>
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	11	11.569.288	11.698.216
Obrigações Sociais	12	4.093.087	3.475.642
Provisões Sociais	13	3.982.590	3.380.267
Obrigações Fiscais	14	209.101	188.209
Recursos Públicos p/ Investimentos a Realizar	15.1	154.007	814.080
Recursos Públicos p/custeio a Realizar	15.2	22.966.656	15.015.505
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.045.613</b>	<b>1.893.113</b>
Provisões para Contingências	16	2.045.613	1.893.113
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>17</b>	<b>-</b>
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO PASSIVA</b>		<b>18</b>	<b>28.549.638</b>
Imobilizado de Terceiros		12.705.748	12.659.240
Contrato de prestação de serviço em saúde		15.843.890	5.185.512
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>73.569.980</b>	<b>54.309.785</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CONTINUA.**

## CONTINUAÇÃO.

QUADRO II DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO (Em reais)		Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2015
Nota			
<b>RECEITAS OPERACIONAIS RECEITA HOSPITALAR LÍQUIDA</b>		<b>175.300.240</b>	<b>171.445.297</b>
<b>SESA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE</b>		<b>175.300.240</b>	<b>171.445.297</b>
(+) Receita de Serviços de Saúde	15,2	175.300.240	171.445.297
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>2.237.557</b>	<b>1.289.386</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		<b>2.237.557</b>	<b>1.289.386</b>
(+) Doações	19	141.496	9.700
(+) Receita com Subvenções Governamentais	19	1.129.643	1.083.145
(+) Receita Financeira	19,24	791.767	156
(+) Outros Recursos Recebidos	19	174.652	196.385
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(177.537.797)</b>	<b>(172.734.683)</b>
(-) Custos de Pessoal Próprio	20	(47.817.409)	(42.963.420)
(-) Custos de Serviços	21	(92.621.065)	(90.615.545)
(-) Custos de Materiais	22	(29.180.428)	(25.554.224)
(-) Despesas Gerais	23	(6.453.072)	(6.279.604)
(-) Despesas Financeiras	24	(61.419)	(72.562)
(-) Despesas Tributárias	25	(61.937)	(88.137)
(-) Depreciações/Amortizações	8,9	(1.136.664)	(1.084.475)
(-) Contingência Trabalhista e Cível	16	(202.410)	(680.187)
(-) Outras Despesas Operacionais	26	(3.393)	(98.592)
(-) PECLD - Provisão Estimada para Crédito de Liquidação duvidosa	5	-	(5.297.937)
(-) Impostos e Contribuições Federais e Municipais	27	(18.709.622)	(26.940.305)
(+) Impostos e Contribuições Federais e Municipais - Isenções Usufruídas	27	18.709.622	26.940.305
<b>SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO</b>		<b>=</b>	<b>=</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO III DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em reais)		Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Superávit ou Déficit do Período		-	-
<b>AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA</b>			
Depreciação/Amortização/Exaustão Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		1.136.664	1.084.475
Baixas do Ativo Imobilizado		(6.532.686)	5.297.937
Ajustes de Exercício Anteriores		(1)	(45.127)
Constituição da Provisão Contingencial		202.410	680.187
Baixa de Constituição da Provisão Contingencial		(49.910)	-
<b>SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO AJUSTADO</b>		<b>(5.243.523)</b>	<b>7.017.472</b>
<b>CLIENTES</b>		<b>6.044.783</b>	<b>(5.011.278)</b>
Outros Ativos Financeiros		(69.840)	(211.587)
Estoques		381.158	(1.576.891)
Depósitos Judiciais		(145.336)	(86.484)
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS</b>		<b>6.210.765</b>	<b>(6.886.240)</b>
Fornecedores e Outras Contas a Pagar		(128.928)	251.645
Obrigações Sociais		617.445	216.982
Provisões Sociais		602.323	345.568
Obrigações Fiscais		20.892	(18.122)
Recursos Públicos a Realizar		7.951.151	(2.142.903)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS</b>		<b>9.062.883</b>	<b>(1.346.830)</b>
<b>CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>10.030.125</b>	<b>(1.215.598)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(1.134.832)</b>	<b>(959.167)</b>
Aquisição de Ativo Imobilizado/Intangível		(736.517)	(101.555)
Receita Diferida de Imobilizado/Intangível		(398.315)	(857.612)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(660.073)</b>	<b>523.700</b>
Subvenções de Investimento		(660.073)	523.700
<b>TOTAL DE GERAÇÃO DE CAIXA DAS ATIVIDADES</b>		<b>8.235.220</b>	<b>(1.651.065)</b>
Caixa no Início do Período		11.349.834	13.000.899
Caixa no Final do Período		19.585.054	11.349.834
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA</b>		<b>8.235.220</b>	<b>(1.651.065)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO IV DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em reais)		Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2015
1.1) Prestação de Serviços		177.537.797	167.436.746
1.2) Constituição/Reversão de Perda por Redução ao Valor Recuperável		-	(5.297.937)
1.2) Não Operacionais		1.445.790	1.289.230
1.3) Receitas Financeiras		791.767	156
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		<b>128.460.368</b>	<b>123.228.152</b>
2.1) Custo do Serviço Prestado		92.621.065	90.615.545
2.2) Custo de Materiais, Gastos Gerais, Contingências e Outras Despesas Operacionais		35.839.304	32.612.607
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		<b>49.077.429</b>	<b>44.208.594</b>
<b>4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		<b>1.136.664</b>	<b>1.084.475</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		<b>47.940.765</b>	<b>43.124.119</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>18.709.622</b>	<b>26.940.305</b>
6.1) Isenções Usufruídas		18.709.622	26.940.305
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		<b>66.650.388</b>	<b>70.064.424</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>66.650.388 100%</b>	<b>70.064.424 100%</b>
8.1) Pessoal + Encargos		47.817.409 72%	42.963.420 61%
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições		18.771.559 28%	27.028.442 39%
8.3) Despesas Financeiras		61.420 0%	72.562 0%
8.4) Superávit		- 0%	- 0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em reais)

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense - AEBES, com sede na Rua Vênus, sem número, Alecrim, Vila Velha - ES inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o nº 28.127.926/0001-61, é uma sociedade de direito privado e de caráter filantrópico, fundada em 05 de maio de 1956, tendo por finalidades organizar, manter e desenvolver atividades que promovam o bem-estar social, a saúde, a educação e a assistência espiritual à população, sem qualquer distinção, em conformidade com os princípios Cristãos Evangélicos, sem fins econômicos ou lucrativos.

O reconhecimento da entidade de fins filantrópicos no âmbito federal, está devidamente consubstanciado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, órgão vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, consoante às disposições contidas no art. 3º da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, bem como pelo Decreto Lei nº 86.174 de 02 de julho de 1981. Conta, também, reconhecimento em nível estadual no Estado do Espírito Santo, através da Lei nº 1.761 de 02 de janeiro 1983, e em nível municipal no Município de Vila Velha através da Lei nº 1.405 de 09 de fevereiro de 1972.

A Portaria nº 105 de 30 de janeiro de 2015, expedida pelo Ministério da Saúde, garantiu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à AEBES, até o dia 28 de dezembro de 2016. A instituição protocolou tempestivamente o pedido de renovação, conforme protocolo SIPAR nº 25000.099164/2016-82, o qual encontra-se em processo de análise de documentos e informações, por parte do Ministério da Saúde.

A AEBES encontra-se devidamente habilitada como Organização Social pela Lei Complementar Estadual nº 489/09 e suas regulamentações, publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 25 de novembro de 2016.

A AEBES firmou contrato de gestão com o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo, Contrato nº 001/2012, o qual foi publicado em 01 de novembro de 2012, com vigência de 60 meses, para gerir o Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves com sede na Avenida Paulo Pereira Gomes, sem número, Morada de Laranjeiras, Serra - ES, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o nº 28.127.926/0002-42.

O HEJSN foi inaugurado no dia 24 de fevereiro de 2013 e é um marco na história do Estado do Espírito Santo. Considerado uma unidade de saúde moderna, sendo referência para urgência e emergência, clínicas e cirúrgicas, traumatologia-ortopedia, e conta com um Centro de Tratamento de Queimados (CTQ).

O hospital possui 377 leitos, que estão assim distribuídos: 47 leitos de UTI, 86 leitos de clínica cirúrgica, 102 leitos de clínica médica, 10 leitos para Centro de Tratamento de Queimados, 2 leitos de Hospital Dia, 40 leitos de UTIN/UCIN, 15 leitos de UADC, 50 leitos de maternidade de alto risco e ainda 25 leitos para o Pronto Socorro com plantões presenciais de profissionais médicos nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral, Ortopedia, Neurocirurgia, Cirurgia Torácica, Cirurgia Vascular e Clínica Médica. O Hospital possui seis pavimentos, tem estacionamento próprio com 517 vagas e um heliponto que facilita os atendimentos de urgência e emergência.

CONTINUA.

**CONTINUAÇÃO.**

O Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves adotou conceitos globais de sustentabilidade, humanização, acessibilidade, automação, acolhimento e flexibilidade. Foi construído levando-se em consideração o estilo ecologicamente correto, inclusive aproveitando a energia solar para aquecimento de água por meio de um reservatório coletor de águas da chuva, que também permite o aproveitamento para irrigação em bacias sanitárias e lavagem de piso. O atendimento do HEJSN é 100% prestado aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

**2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas, estão expressas em reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, e nos aspectos não abordados por esta interpretação, aplicou-se a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para processos judiciais, dentre outras. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 03 de março de 2017.

**2.2 Continuidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, que pressupõe que uma entidade está em plena atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Partindo deste pressuposto a entidade informa que não tem a intenção e nem a necessidade de entrar em liquidação, e nem reduzir materialmente suas operações de prestação de serviços.

A AEBES possui um contrato de gestão para a operacionalização da unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, contrato nº 001/2012, assinado pela AEBES e a Secretaria de Estado da Saúde, publicado em 01 de novembro de 2012, com vigência de 60 meses. Este contrato até a presente data apresenta resultados de excelência quanto ao cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas junto a contratante. Sendo assim a entidade informa que esta unidade até o término do contrato em 31 de outubro de 2017 não prevê descontinuidade das operações.

**3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

**(a) Instrumentos Financeiros Básicos**

A entidade mensura seus ativos financeiros e passivos financeiros básicos, como definido na seção 11 da NBC TG 1000 – Instrumentos Financeiros Básicos, aprovada pela resolução CFC nº 1.285/10. Os instrumentos financeiros básicos da entidade são classificados como empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de perda por redução ao seu valor recuperável, exceto as propriedades para investimento que são mantidos ao valor justo com ajuste em resultado. Considerando que o ajuste a valor presente – AVP, envolve elementos do ativo e passivo de longo prazo, e que os demais ativos e passivos de curto prazo somente deverão ser ajustados ao seu valor presente, caso o ajuste tenha efeito relevante nas demonstrações contábeis, a entidade informa que realiza o ajuste a valor presente dos ativos e passivos de curto prazo quando representarem relevância para as demonstrações contábeis. Os instrumentos financeiros básicos da entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes e não-circulantes, fornecedores e outras contas a pagar, obrigações e provisões sociais e obrigações fiscais.

**(b) Caixa e Equivalente de Caixa**

As contas de caixa e equivalentes de caixa são representadas pelos recursos financeiros que se encontram à disposição da entidade, compreendendo os meios de pagamento em moeda e em outras espécies, os depósitos bancários e os títulos de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

As disponibilidades se identificadas como valores disponíveis com restrição, cuja movimentação está vinculada a projetos de subvenção para investimentos e custeios aprovados (Nota 4).

**(c) Contas a Receber de Clientes**

Os valores de clientes são inicialmente, reconhecidos pelo valor nominal (valor justo) e subsequentemente, quando aplicável, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

As perdas por redução no valor recuperável (*impairment*), representam a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Resolução do CFC nº 1.255/09, seção 11, item 11.21). No final de cada período de divulgação a instituição avalia a existência de evidências objetivas quanto ao valor recuperável dos ativos financeiros e caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil é reconhecido imediatamente uma redução no valor recuperável, no resultado.

As perdas por redução no valor recuperável são calculadas com base na média percentual histórica dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios anteriores. O percentual de inadimplência é aplicado sobre o saldo final dos clientes a receber. Para os clientes que já possuíam cobrança judicial e/ou administrativa a regra aplicada é o de reconhecer 100% da dívida como perda (Nota 5).

**(d) Estoques**

Os estoques estão demonstrados ao custo do custo. O método para avaliação do custo é determinado pelo custo médio ponderado de aquisição, que não superam os preços de mercado (Nota 6).

Os estoques referem-se, substancialmente, a medicamentos e material médico-hospitalar, que estão ligados diretamente a atividade fim da entidade.

**(e) Imobilizado**

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação (Nota 8). Os gastos com a manutenção do ativo fixo, quando representam melhorias (aumento da vida útil ou capacidade operacional), são capitalizados e os gastos remanescentes são debitados

nas contas de despesas, quando incorridos. As taxas anuais de depreciação adotadas são calculadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos ativos, conforme segue abaixo:

Edificações	4%
Móveis, utensílios, instalações, máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%

**(f) Intangível**

Está demonstrado ao custo histórico de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, limitados ao prazo de cinco anos (Nota 9).

**(g) Contas de Compensação – Imobilizado de Terceiros**

Esta conta representa os bens que estão em poder da AEBES, recebidos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA e destinados a abertura e à operacionalização do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2012, Anexo IV – Termo de Permissão de Uso, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 2484-R, do ES (Nota 18).

**(h) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor seja feita.

**(i) Doações**

A entidade recebe doações de pessoas jurídicas. No ano de 2016 a entidade recebeu doações de medicamentos, material médico hospitalar, órteses e próteses e material de expediente, totalizando o valor de R\$ 141.496.

**(j) Auxílios e Subvenções**

A entidade reconhece as subvenções de acordo com a seção 24 da NBC TG 1000, aprovada pela resolução CFC nº 1.255/09 e a Resolução CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07 (R1)), que vedam a contabilização de subvenções no Patrimônio Líquido e estabelece que as subvenções, inclusive as não monetárias, sejam reconhecidas pelo regime de competência e em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário, confrontadas com as despesas correspondentes. O reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não houver base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados e quando houver segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas.

Enquanto não atendidos os critérios para reconhecimento da receita, a entidade reconhece a subvenção como um passivo ou uma conta retificadora do ativo, quando essa é relacionada com ativos e não vinculadas a obrigações futuras, conforme a Seção 24 da NBC TG 1000 (Nota 15).

O Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves recebe recursos específicos para aplicação em investimento através do Contrato de Gestão nº 001/2012, no qual são elaborados projetos para utilização do recurso liberado.

**(k) Passivos contingentes**

Conforme preceitua a seção 21 da NBC TG 1000, que trata sobre as Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, passivos contingentes são obrigações possíveis que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os passivos contingentes não são registrados contabilmente, entretanto são divulgados em nota explicativa (Nota 16), a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

**(l) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho com praticidade certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

**(m) Contabilização de custos, despesas e receitas**

Conforme Contrato de Gestão, firmado entre a AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e a SESA – Secretaria de Estado da Saúde, os recursos assistenciais repassados devem ser utilizados com a finalidade única de subsidiar as operações oferecidas pelo Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. Dessa forma, as receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo conforme estabelecido em contrato, e reconhecidas quando for provável que benefícios futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Conforme o que está estabelecido na Seção 24 da NBC TG 1000, no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistência ou subvenção governamental, tais receitas são reconhecidas quando não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora ou as condições de desempenho impostas pela subvenção forem atendidas.

Atendidos os requisitos para reconhecimento, os recursos governamentais são reconhecidos como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática (Resolução CFC nº 1.409/12 – ITG 2002 (R1), item 9 e Resolução CFC nº 1.305/10 – NBC TG 07 (R1), item 12), obedecendo ao princípio da competência, independente da emissão da nota fiscal ou de seu recebimento.

Os custos e despesas são apurados pelo princípio da competência e serão objeto de parecer por parte da SESA – Secretaria de Estado da Saúde para fiscalização e monitoramento do Contrato de Gestão. Desta forma, os montantes registrados desde o início das operações do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, poderão sofrer alterações, de acordo com os resultados alcançados na análise das informações e na conclusão do parecer da Comissão de Avaliação.

**(n) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

**CONTINUA.**

**CONTINUAÇÃO.****4 CAIXA E EQUIVALÊNCIA DE CAIXA**

O caixa e equivalentes de caixa são específicos para utilização no objeto do Contrato de Gestão nº 001/2012 de operacionalização e execução dos serviços de saúde do HEJSN. Os recursos disponíveis são de uso exclusivo do HEJSN para operacionalização de suas atividades.

	<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>
<b>Caixa:</b>		
Caixa	964	1.634
	<b>964</b>	<b>1.634</b>
<b>Banco conta movimento:</b>		
Com restrição	5.962	730.147
	<b>5.962</b>	<b>730.147</b>
<b>Aplicações vinculadas a Projetos / Convênios:</b>		
CDB / RDB	19.578.128	10.618.053
	<b>19.578.128</b>	<b>10.618.053</b>
	<b>19.585.054</b>	<b>11.349.834</b>

**5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

Os valores de clientes são representados unicamente pela SESA – Secretaria de Estado da Saúde, por se tratar de um contrato específico para operacionalizar o Hospital Dr. Jayme Santos Neves, hospital do Estado.

	<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>
SESA - Secretaria de Estado da Saúde	20.321.701	26.366.484
	<b>20.321.701</b>	<b>26.366.484</b>
	<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>
<b>Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa</b>		
Saldo em 1º de janeiro	(6.532.686)	(1.234.749)
Provisões constituídas no período	-	(5.297.937)
Reversões realizadas no período	-	-
Baixas realizadas no período	6.532.686	-
	<b>-</b>	<b>(6.532.686)</b>
<b>Valor líquido a receber de clientes</b>	<b>20.321.701</b>	<b>19.833.798</b>

O valor das perdas por redução no valor recuperável foi calculado com base na média percentual histórica dos recebimentos ao longo dos dois últimos exercícios, mais o ano vigente. O percentual médio da inadimplência foi aplicado sobre o saldo final dos clientes a receber em 31 de dezembro de 2016. Para os clientes que já possuíam cobrança judicial e/ou administrativas a regra aplicada foi manter 100% da dívida em perdas. O quadro a seguir demonstra o cálculo da perda estimada.

	<b>Cálculo da taxa de inadimplência</b>			<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>
	<b>Exercício 2014</b>	<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2016</b>	<b>Taxa Média</b>	<b>Saldo das Perdas</b>
<b>Classificação do cliente</b>					
Contrato de Gestão - SESA	0%	0%	0%	0%	-
Cliente com cobrança judicial e Administrativa	100%	100%	100%	100%	6.532.686
				<b>-</b>	<b>6.532.686</b>

(a) O HEJSN iniciou suas atividades em 24 de fevereiro de 2013.

Considerando que a entidade não possui, em 31 de dezembro de 2016, valores a receber de longo prazo, assim como os valores de curto prazo existentes possuem vencimento inferior a 90 dias, não há necessidade de reconhecimento de ajuste a valor presente, uma vez que se referem a créditos de curto prazo em que o recebível é reconhecido com base no valor à vista não descontado da entidade, que normalmente é o preço da nota fiscal, conforme preceitua a seção 11 da NBC TG 1000.

**6 ESTOQUES**

Os estoques estão avaliados pelo método do custo médio ponderado de aquisição, reduzidos dos valores de perdas por validade vencida, embalagem violada, quebra e desuso, que reduzem o valor recuperável dos estoques.

	%	<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	%	<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>
Medicamentos	39%	1.490.384	38%	1.615.108
Material Médico Hospitalar	30%	1.126.415	35%	1.468.721
Outros	31%	1.200.323	27%	1.114.452
		<b>3.817.122</b>		<b>4.198.281</b>
<b>Valores baixados do estoque</b>		<b>201.863</b>		<b>173.187</b>

**7 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**

Estão representados por valores adiantados a fornecedores e empregados, despesas antecipadas e outros, todos registrado pelo custo do valor histórico.

	<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>
Outros Créditos	685	685
Adiantamentos a Fornecedores	87.484	52.663
Adiantamentos de Férias	317.240	216.976
Lanchonete	14.608	8.855
Despesas Antecipadas	38.185	195.539
Contas Correntes	-	24.610
Tributos e impostos a recuperar	13.964	13.964
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	549.508	438.540
	<b>1.021.674</b>	<b>951.833</b>

**8 IMOBILIZADO**

O Contrato de Gestão nº 001/2012 firmado entre a AEBES e a SESA, prevê recursos financeiros para aquisição de bens e/ou reforma predial, e são renovados por aditivos. Os recursos que são destinados exclusivamente para investimento, a entidade com base na seção 24 da NBC TG 1000 e Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 (R1)) que tratam da Subvenção e Assistência Governamental, realiza os registros no passivo como recursos públicos para investimento a realizar e estes recursos recebidos são reconhecidos como receita durante a vida útil do bem depreciável.

	<b>Taxa anual de depreciação %</b>	<b>Custo</b>		<b>Custo</b>		<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>Depreciações do Período</b>	<b>Saldo Residual 31/12/2016</b>	<b>Saldo Residual 31/12/2015</b>
		<b>Histórico 31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Histórico 31/12/2016</b>				
Equipamentos Hospitalares	10%	3.993.204	728.636	-	4.721.840	(1.263.309)	(437.042)	3.458.531	3.177.888
Equipamentos de Informática	20%	65.264	4.714	(1)	69.977	(40.992)	(16.268)	28.985	40.540
Moveis e Utensílios	10%	562.915	780	-	563.695	(175.347)	(56.452)	388.348	444.020
Instalações	10%	71.604	2.387	-	73.991	(3.800)	(7.167)	70.191	64.019
		<b>4.692.987</b>	<b>736.517</b>	<b>(1)</b>	<b>5.429.503</b>	<b>(1.483.448)</b>	<b>(516.929)</b>	<b>3.946.055</b>	<b>3.726.467</b>
(-) Receita Diferida de Imobilizado								<b>(3.937.872)</b>	<b>(3.716.452)</b>
								<b>8.182</b>	<b>10.015</b>

**9 INTANGÍVEL**

O ativo intangível é composto por *softwares*, sistemas informatizados de gestão, adquiridos com recursos próprios e com subvenção governamental, utilizados nas atividades da entidade. Os recursos de subvenção são registrados no passivo quando do seu recebimento e reconhecidos como receita durante a vida útil do bem amortizável, conforme orientação da seção 24 da NBC TG 1000 e Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 (R1)) que trata da Subvenção Governamental.

CONTINUA.

**CONTINUAÇÃO.**

	Taxa anual de depreciação %	Custo Histórico 31/12/2015	Adições	Baixas	Custo Histórico 31/12/2016	Amortizações Acumuladas	Amortizações do Período	Saldo Residual 31/12/2016	Saldo Residual 31/12/2015
Softwares	20%	3.098.679	-	-	3.098.679	(2.059.349)	(619.736)	1.039.330	1.659.066
		<b>3.098.679</b>	-	-	<b>3.098.679</b>	<b>(2.059.349)</b>	<b>(619.736)</b>	<b>1.039.330</b>	<b>1.659.066</b>

(-) Receita Diferida do Intangível

**(1.039.330) (1.659.066)**

**10 AJUSTE AO VALOR RECUPERÁVEL - IMPARIMENT**

A entidade informa que não realiza o teste de redução ao valor recuperável de seu ativo imobilizado da unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme dos Santos Neves, em decorrência do objeto do contrato firmado entre a entidade e a Secretaria de Estado da Saúde - SESA que prevê apenas a operacionalização dos serviços do hospital estadual público Dr. Jayme Santos Neves, sendo que todos os bens do ativo imobilizado pertencem ao Estado e estão em poder da AEBES conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2012, Anexo IV - Termo de Permissão de Uso, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 2484-R, do ES. A entidade deverá transferir integralmente ao Estado em caso de rescisão do contrato, o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde, os bens e recursos pré-existentes ao contrato ou adquiridos com recursos a ele estranhos e de atividades próprias da entidade, diferentes e não relacionadas ao contrato de gestão.

**11 FORNECEDORES**

Os valores de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente, reconhecidos pelo valor nominal (valor justo) e subsequentemente, quando aplicável, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, acrescidos quando devido, dos correspondentes encargos dos títulos vencidos, incorridos até a data da apresentação das demonstrações contábeis.

	Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2015
Fornecedores Gerais de Estoque	2.283.883	2.655.435
Fornecedores de Serviços	451.789	405.495
Repasso Médico	6.794.427	6.257.690
Gêneros Alimentícios	2.452	3.817
Fornecedores de Outras Contas a Pagar	365.940	558.655
Fornecedores Despesas a pagar	834.791	1.159.738
Empréstimos e Manipulação de Materiais e Medicamentos	836.006	657.386
	<b>11.569.288</b>	<b>11.698.216</b>

Considerando que a entidade não possui, em 31 de dezembro de 2016, valores a pagar de longo prazo, assim como os valores de curto prazo existentes possuem vencimento inferior a 90 dias, não há necessidade de reconhecimento de ajuste a valor presente, uma vez que se referem a débitos de curto prazo em que a dívida é reconhecida com base no valor à vista não descontado da entidade, que normalmente é o preço da nota fiscal, conforme preceitua a seção 11 da NBC TG 1000.

**12 OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

As obrigações sociais estão representadas pelos valores devidos sobre a folha de salários dos funcionários como o INSS, o PIS e o FGTS. Além disso, compõem as obrigações sociais a retenção do INSS pela cessão de mão-de-obra, assim como as contribuições retidas de terceiros.

	Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2015
Salários a Pagar	2.537.307	2.247.688
Rescisões a Pagar	15.374	4.042
Pensão Judicial/Alimentícia	1.845	2.530
Contribuição Social/Sindical	2.723	3.727
FGTS a Pagar	391.054	330.231
INSS a Pagar - Folha	280.541	246.820
INSS Autônomos	1.199	536
INSS sobre Prestação de Serviços	129.838	92.980
IRRF - Folha	181.156	138.728
PIS a Pagar - Folha	62.053	53.832
PIS/COFINS/CSLL Lei nº 10.833/03	320.808	280.179
Plano Odontológico	-	14.207
Plano de Saúde	169.189	60.142
	<b>4.093.087</b>	<b>3.475.642</b>

**13 PROVISÕES SOCIAIS**

O saldo das provisões sociais foi provisionado com base na remuneração mensal do funcionário respeitando a quantidade de avos devidos a que tenha direito, bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores objetos da provisão, respeitando o princípio da competência.

	Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2015
Provisão de Férias	3.654.775	3.103.456
Encargos sobre Provisão de Férias	327.815	276.810
	<b>3.982.590</b>	<b>3.380.267</b>

**14 OBRIGAÇÕES FISCAIS**

Em função do caráter beneficente da entidade, as obrigações fiscais estão representadas apenas pelas retenções do imposto de renda na fonte e ISS na fonte sobre as prestações de serviço.

	Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2015
Imposto de Renda Retido na Fonte	104.781	92.796
ISS - Retenção	104.320	95.413
	<b>209.101</b>	<b>188.209</b>

**15 RECURSOS PÚBLICOS A REALIZAR**

Recursos públicos a realizar representam um benefício econômico específico recebido por meio do Contrato de Gestão nº 001/2012 firmado entre a AEBES - Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da SESA - Secretaria de Estado da Saúde, e possui como objetivo pré-determinado e único a operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves (Resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1)). Os recursos governamentais disponibilizados são mensurados ao valor justo, valor nominal conforme estabelecido em contrato, acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira. Estes recursos enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado são registrados em conta específica do passivo (Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1), item 11). Atendidos os requisitos para reconhecimento, os recursos governamentais são reconhecidos como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática (Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1), item 9 e Resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1), item 12).

**15.1 Recursos Públicos Para Investimento a Realizar - Subvenções**

Recursos públicos para investimento a realizar corresponde às subvenções dos recursos financeiros de investimento recebidos da SESA - Secretaria de Estado da Saúde, destinados à aquisição de bens e/ou reforma predial para o Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. Em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 8.913.735 representa a totalidade de recursos recebidos. Somados a estes recursos temos os rendimentos no valor de R\$ 276.605, resultante das aplicações realizadas no mercado financeiro dos recursos recebidos. Até 31 de dezembro de 2016 foram realizadas aquisições de bens permanentes no montante de R\$ 8.528.181, sendo R\$ 5.429.502 em imobilizado e R\$ 3.098.679 em ativos intangíveis (Nota 8 e 9). Estes bens foram ativados com base na seção 24 NBC TG 1000 e Resolução nº 1.305/10 (NBC TB 07 (R1)).

	Ativo		Passivo e Receita				
	Saldo em Bancos conta movimento	Saldo de Aplicações financeiras	Receita Diferida Imobilizado	Receita Diferida Intangível	Rendimentos de Aplicação Financeira	Apropriação no Resultado	Saldo do Passivo
<b>Subvenções de Investimento</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.000.000</b>	-	-	-	-	-	<b>1.000.000</b>
Movimentação de 2013	5.703.482	779	1.260.059	(2.851.092)	(2.485.961)	87.527	3.607
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>6.703.482</b>	<b>779</b>	<b>1.260.059</b>	<b>(2.851.092)</b>	<b>(2.485.961)</b>	<b>87.527</b>	<b>1.003.607</b>
Movimentação de 2014	1.490.274	38.510	(1.006.857)	(1.111.798)	215.722	88.570	(713.227)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>8.193.756</b>	<b>39.289</b>	<b>253.202</b>	<b>(3.962.890)</b>	<b>(2.270.239)</b>	<b>176.096</b>	<b>290.380</b>
Movimentação de 2015	719.979	680.690	(22.131)	246.439	611.173	29.254	523.700
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>8.913.735</b>	<b>719.978</b>	<b>231.071</b>	<b>(3.716.451)</b>	<b>(1.659.066)</b>	<b>205.351</b>	<b>814.080</b>
Movimentação de 2016	0	(719.977)	64.958	(221.421)	619.736	71.254	(660.073)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>8.913.735</b>	<b>2</b>	<b>296.029</b>	<b>(3.937.872)</b>	<b>(1.039.330)</b>	<b>276.605</b>	<b>154.007</b>

CONTINUA.

**CONTINUAÇÃO.****15.2 Receita de Recursos Públicos para Custeio a Realizar**

Recursos públicos para custeio, a realizar, correspondem aos recursos financeiros assistenciais recebidos da SESA – Secretaria de Estado da Saúde, destinados a operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. O valor de R\$ 618.846.744 corresponde aos recursos disponibilizados para operacionalização do HEJSN, somados a estes recursos temos os rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$ 4.676.030. Em 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$ 600.628.108 representa o montante utilizado para custear as despesas registradas ao longo do período durante os exercícios de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

	<b>Ativo</b>			<b>Passivo e Receita</b>		
<b>Recursos Públicos a Realizar</b>	<b>Saldo em Bancos conta movimento</b>	<b>Saldo de Aplicações financeiras</b>	<b>Rendimento de aplicação financeira</b>	<b>Ressarcimento de Despesas</b>	<b>Apropriação no Resultado</b>	<b>Saldo do Passivo</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>5.639.516</b>	<b>455</b>	<b>5.542.283</b>	<b>25.784</b>	<b>-</b>	<b>5.261.750</b>
Movimentação de 2013	95.751.839	12.514	4.690.935	526.184	-	3.846.146
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>101.391.355</b>	<b>12.969</b>	<b>10.233.218</b>	<b>551.968</b>	<b>-</b>	<b>9.107.896</b>
Movimentação de 2014	168.051.290	9.443.558	(6.982.121)	974.377	71.990	8.050.513
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>269.442.645</b>	<b>9.456.527</b>	<b>3.251.097</b>	<b>1.526.345</b>	<b>71.990</b>	<b>17.158.409</b>
Movimentação de 2015	168.051.290	(9.446.358)	7.135.885	1.251.103	-	(2.142.904)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>437.493.935</b>	<b>10.169</b>	<b>10.386.982</b>	<b>2.777.448</b>	<b>71.990</b>	<b>15.015.505</b>
Movimentação de 2016	181.352.809	(4.209)	8.895.117	1.898.582	-	7.951.151
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>618.846.744</b>	<b>5.960</b>	<b>19.282.099</b>	<b>4.676.030</b>	<b>71.990</b>	<b>22.966.656</b>

**(Quadro B)****Demonstrativo mensal:**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Janeiro	14.125.718	14.039.265	9.143.748	618.253	-
Fevereiro	13.698.367	13.749.505	13.862.559	2.149.398	-
Março	14.316.803	14.135.643	12.504.534	5.471.132	-
Abril	14.108.215	13.398.291	12.900.064	5.786.919	-
Maio	14.526.397	13.485.789	12.805.864	7.834.302	-
Junho	14.271.662	19.006.976	13.775.670	8.579.873	-
Julho	14.843.977	13.759.317	13.263.230	8.390.234	-
Agosto	15.016.433	13.608.726	14.063.204	8.820.107	-
Setembro	14.983.089	14.081.439	15.572.446	9.562.853	-
Outubro	15.106.199	13.885.666	14.136.852	10.653.337	-
Novembro	15.356.437	13.676.262	14.316.096	11.437.718	59.603
Dezembro	14.946.943	14.618.417	14.702.877	13.127.750	343.947
<b>Receita Serviços de Saúde</b>	<b>175.300.240</b>	<b>171.445.296</b>	<b>161.047.145</b>	<b>92.431.877</b>	<b>403.550</b>
<b>Recursos Públicos realizados</b>	<b>600.628.108</b>	<b>425.327.868</b>	<b>253.882.572</b>	<b>92.835.427</b>	<b>403.550</b>

**16 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS**

A entidade contabiliza a provisão para contingências judiciais trabalhistas, cíveis e tributárias, a partir dos valores estimados das causas, atribuídos, corrigidos e atualizados, pela assessoria jurídica. Dentre as causas com provável expectativa de perda, conforme Resolução do CFC nº 1.180/09 e NBC TG 25, em 31 de dezembro de 2016 o saldo de contingências trabalhistas, cíveis e tributárias foi atualizado para R\$ 2.045.613 (R\$ 1.893.113 em 31 de dezembro de 2015).

Os processos classificados como obrigação possível, mas incerta, são considerados como passivos contingentes e não contabilizados, por não haver a confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente, conforme seção 21 da NBC TG 1000. Estas obrigações totalizam em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 8.197.960 (R\$ 30.411.645 em 31 de dezembro de 2015).

A entidade também controla no seu ativo não circulante os valores de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2016 o montante é de R\$ 266.608 (R\$ 121.272 em 31 de dezembro de 2015) e representa depósitos judiciais de natureza trabalhista.

**PROCESSOS JUDICIAIS**

<b>Probabilidade de Perda</b>	<b>Natureza</b>	<b>Valor envolvido atualizado da causa 31/12/2015</b>	<b>Provisões Constituídas</b>	<b>Atualizações</b>	<b>Baixa</b>	<b>Valor envolvido atualizado da causa 31/12/2016</b>
<b>PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS</b>						
Provável	Trabalhista	69.812	5.100	4.771	(49.910)	29.773
Provável	Cível	520.000	-	60.000	-	580.000
Provável	Tributária	1.303.301	-	132.539	-	1.435.840
		<b>1.893.113</b>	<b>5.100</b>	<b>197.310</b>	<b>(49.910)</b>	<b>2.045.613</b>
<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>						
Possível	Trabalhista	946.081	1.147.361	74.715	(978.318)	1.189.838
Possível	Cível	29.463.153	884.829	413.591	(23.756.126)	7.005.447
Possível	Tributária	2.412	-	263	-	2.675
		<b>30.411.645</b>	<b>2.032.190</b>	<b>488.569</b>	<b>(24.734.444)</b>	<b>8.197.960</b>
		<b>32.304.758</b>				<b>10.243.572</b>
<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS</b>						
		<b>Valor em 31/12/2015</b>	<b>Novos depósitos</b>	<b>Baixa</b>	<b>Baixa</b>	<b>Valor em 31/12/2016</b>
Depósitos Judiciais Trabalhistas		121.272	145.336	-	-	266.608
Depósitos Judiciais Area Civil		-	-	-	-	-
		<b>121.272</b>	<b>145.336</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>266.608</b>

**17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio social não apresenta valores em consequência da natureza do contrato realizado entre a AEBES e a SESA, uma vez que os recursos destinados possuem restrição, pois somente poderão ser utilizados na operacionalização dos serviços de saúde prestados no HEJSN. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita, os recursos governamentais são reconhecidos como passivo. A partir do momento que são reconhecidos os custos e despesas da operacionalização dos serviços de saúde prestados, a receita é reconhecida, de forma que ao longo do período é confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática (Resolução CFC nº 1.409/12 – ITG 2002 (R1), item 9 e Resolução CFC nº 1.305/10 – NBC TG 07 (R1), item 12). Essa contabilização, portanto, gera efeito zero no resultado, pois a receita equipara-se aos custos e despesas que compensou, deixando assim de gerar resultado. Isso se justifica pelo fato da AEBES, conforme prevê o contrato, fazer apenas a gestão do hospital do estado, utilizando o bem público.

**18 CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

Esta conta representa os bens que estão em poder da AEBES, recebidos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA e destinados a abertura e à operacionalização do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2012, Anexo IV – Termo de Permissão de Uso, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 2484-R, bem como também o registro da parcela do contrato prevista para a competência ainda não realizada.

Os valores foram registrados na sua maioria com base na nota fiscal de compra do bem fornecida pela Secretaria de Estado da Saúde – SESA, em alguns casos, por ausência da nota fiscal de compra, o valor foi registrado com o valor simbólico de R\$ 1,00 para possibilitar o controle físico do bem.

	<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>
<b>Imobilizado de Terceiros</b>		
Equipamentos Hospitalares	10.432.430	10.391.857
Equipamentos de Informática	3.084	2.077
Móveis e Utensílios	2.147.484	2.142.556
Veículos	122.750	122.750
	<b>12.705.748</b>	<b>12.659.240</b>
<b>Contrato de Gestão</b>		
Parcelas do Contrato de Gestão em Execução	15.843.890	5.185.512
	<b>15.843.890</b>	<b>5.185.512</b>
	<b>28.549.638</b>	<b>17.844.752</b>

**19 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

A entidade classifica como outras receitas operacionais recursos de subvenções estaduais para investimentos, os valores de doações, locação de espaço conforme contrato com a empresa Eliemar José Cavatti – ME referente a prestação de serviços de lanchonete, os valores de matrículas para o programa de residência médica, no qual a entidade está credenciada junto ao Ministério da Saúde, insubsistência ativa que é representada pela redução do passivo referente a reversão no saldo de processos judiciais trabalhistas, cíveis e tributários e as receitas financeiras.

	<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>
<b>Receita com Subvenções</b>		
Subvenções para investimento - Estadual	1.129.643	1.083.145
	<b>1.129.643</b>	<b>1.083.145</b>

CONTINUA.

**CONTINUAÇÃO.**

**Receitas Financeiras**

Descontos Obtidos 791.767 156  
**791.767 156**

**Outras Receitas - Doações**

Doações de Medicamentos e Materiais 141.496 9.700  
**141.496 9.700**

**Outros Recursos Recebidos**

Receita de lanchonete explorada por terceiros 108.043 104.913  
 Receita Matrícula Residência Médica 500 43.250  
 Despesas 16.199 3.095  
 Receita Insubsistência Ativa 49.910 45.127  
**174.652 196.385**  
**2.237.557 1.289.386**

**20 CUSTOS DE PESSOAL PRÓPRIO**

**Custo com Folha de Pagamento**

Salários (28.794.941) (26.531.611)  
 Horas Extras (5.698.992) (4.786.592)  
 Gratificações (128.356) (87.768)  
 Vale transporte (183.168) (328.120)  
 FGTS (3.007.807) (2.688.811)  
 PIS (346.675) (313.330)  
 Rescisão e Aviso Prévio Indenizado (252.920) (246.321)  
**(38.412.859) (34.982.553)**

**Provisões e Encargos sobre Folha de Pagamento**

Provisão de Férias (4.476.312) (3.829.604)  
 Provisão de FGTS sobre Férias (358.392) (306.126)  
 Provisão de PIS sobre Férias (44.757) (38.394)  
 Provisão de Décimo Terceiros Salário (3.082.923) (2.700.514)  
 Provisão de FGTS sobre Décimo Terceiro Salário (247.362) (218.902)  
 Provisão de PIS sobre Décimo Terceiro Salário (31.009) (27.318)  
**(8.240.755) (7.120.858)**

**Outros Custos de Pessoal**

Cursos e Treinamentos (101.030) (28.427)  
 Estagiário e Menor Aprendiz (18.104) (21.674)  
 Crédito Premiação PHERTO (651.224) (576.086)  
 Plano Odontológico (173.131) (169.987)  
 Plano Saúde (167.071) (56.438)  
 Indenizações e custas Trabalhistas (15.507) -  
 Seguro de Vida - Funcionários (33.820) -  
 Outros Custos de Pessoal (3.908) (7.397)  
**(1.163.795) (860.009)**  
**(47.817.409) (42.963.420)**

**21 CUSTOS DE SERVIÇOS**

**Custo com Serviços Médicos e Diagnóstico**

Serviços Médicos (63.312.234) (61.535.956)  
 Serviços de Banco de Sangue (2.788.461) (2.360.718)  
 Serviços de Imagem e Laboratório  
 Análises Clínicas (11.168.214) (10.204.776)  
 Ajustes das Estimativas de Provisão (21.200) (285.129)  
**(77.290.109) (74.386.579)**

**Custo com Serviços Diversos**

Serviços de Manutenção e Engenharia Clínica e Predial (1.650.028) (1.857.848)  
 Serviços de Fornecimento de Alimentação (7.785.999) (7.319.622)  
 Serviços de Lavanderia (909.595) (1.027.243)  
 Serviços de Higienização (52.675) (816,326)  
 Serviços de Vigilância (2.341.240) (2.045.017)  
 Serviços de Remoção de Pacientes (484.999) (1.030.291)  
 Serviços de Manutenção de Sistemas (1.009.457) (979.276)  
 Serviços Advocatícios (240.800) (240.000)  
 Serviços de Assessoria e Consultoria (89.687) (198.487)  
 Serviços com Exames e Procedimentos (508.355) (606.700)  
 Serviços de auditoria (122.442) (62.286)  
 Serviço de Esterilização (47.963) -  
 Serviços Diversos (87.715) (45.870)  
**(15.330.955) (16.228.966)**  
**(92.621.065) (90.615.545)**

**22 CUSTOS DE MATERIAIS**

Medicamentos (12.502.244) (10.863.222)  
 Material Médico Hospitalar (9.839.875) (8.601.407)  
 Gases Medicinais (621.293) (533.201)  
 Gêneros Alimentícios (14) (91.730)  
 Material de Higiene e Limpeza (1,201.733) (1,031.051)  
 Material de Expediente e Impresso (395.793) (281.931)  
 Material para Manutenção de Máquinas e Predial (1,067.026) (910.984)  
 Combustíveis e Lubrificantes (412.396) (83.093)  
 Materiais Descartáveis para Consumo (193.562) (177.080)  
 Material Cirúrgico de Orteses e Próteses (1,983.970) (1,899.836)  
 Bens de Pequeno Valor (103.336) (110.180)  
 Roupas Hospitalares (220.195) (59.967)  
 Baixa de Produtos do Estoque (201.863) (173.187)  
 Ajuste de Inventário (260.264) (482.728)  
 Outros Materiais de Consumo (176.864) (254.629)  
**(29.180.428) (25.554.224)**

**23 DESPESAS GERAIS**

**Em 31 de dezembro de 2016** **Em 31 de dezembro de 2015**

Energia Elétrica (4.974.766) (5.109.043)  
 Telefone e Internet (126.699) (150.319)  
 Água e Esgoto (550.806) (364.942)  
 Locações Diversas (616.355) (499.090)  
 Outros Gastos Gerais (184.446) (156.209)  
**(6.453.072) (6.279.604)**

**24 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

As receitas financeiras de rendimentos sobre aplicações estão registradas em conta de passivo de recursos públicos para investimento a realizar e recursos públicos para custeio a realizar conforme Nota 15.1 e 15.2.

**Em 31 de dezembro de 2016** **Em 31 de dezembro de 2015**

**Receitas Financeiras**  
 Descontos obtidos 791.767 1  
 Atualizações Depósitos Judiciais - 155  
**791.767 156**

**Despesas Financeiras**  
 Despesas Bancárias (41.045) (51.037)  
 Juros, Multas e Correções (20.374) (21,526)  
**(61.419) (72,562)**  
**730.348 (72,408)**

**25 DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

**Em 31 de dezembro de 2016** **Em 31 de dezembro de 2015**

Impostos, Taxas e Contribuições (61,376) (87,321)  
 IPVA e Seguro Obrigatório (110) (220)  
 Multas e Infrações Fiscais (451) (596)  
**(61,937) (88,137)**

**26 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

**Em 31 de dezembro de 2016** **Em 31 de dezembro de 2015**

Despesas Não Operacionais (520) (1,691)  
 Indenizações e Sinistros (2,630) (500)  
 Brindes e Confraternizações - (96,401)  
 Custas Processuais Processos vivos (242) -  
 Baixas de Bens do Imobilizado (1) -  
**(3,393) (98,592)**

**27 BENEFÍCIOS FISCAIS**

Em atendimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, a entidade informa que deixou de recolher para Previdência Social os valores do INSS patronal, SAT e Terceiros, bem como os valores de PIS, IRPJ, CSLL, COFINS e ISSQN, sobre suas receitas totais, tendo em vista o caráter de entidade beneficente.

**Em 31 de dezembro de 2016** **Em 31 de dezembro de 2015**

**Impostos e Contribuições Federais**  
 Previdência Social Patronal 8.313.473 7.562.802  
 Previdência Social S.A.T 831.347 756.280  
 Previdência Social Terceiros 2.410.907 2.193.213  
 Previdência Social Cooperativa 409.132 431.008  
 PIS Faturamento 500.260 1.984.438  
 COFINS 2.715.905 10.583.658  
**15.181.024 23.511.399**

**Impostos e Contribuições Municipais**

Imposto sobre Serviço - ISS 3.528.598 3.428.906  
**3.528.598 3.428.906**  
**18.709.622 26.940.305**

**28 GRATUIDADES**

Com relação às gratuidades, nos termos da Lei nº 12.101/09, Portaria nº 3.355/10 e Decreto nº 8.242/14 a entidade disponibiliza 100% da capacidade instalada da Unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves aos usuários do Sistema Unico de Saúde - SUS.

**29 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

A entidade oferece aos seus funcionários participação no programa PHERTO - Programa do Hospital Dr. Jayme Santos Neves de Retenção de Talentos e Oportunidades, Plano Odontológico e Plano de Saúde, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são em sua totalidade custeados pela entidade, exceto o plano de saúde, que é participativo. Estes benefícios são registrados como custo de pessoal quando incorridos. Em 31 de dezembro de 2016 o montante representa R\$991,425 (R\$ 802,511 em 31 de dezembro de 2015).

**30 TRABALHO VOLUNTÁRIO**

A entidade informa que não possui programas de trabalho voluntariado na unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.

**31 SEGUROS**

A entidade alterou a política de contratação dos seguros, visando maior abrangência e cobertura. Sendo assim, a apólice de seguro do imóvel foi renovada em 17 de janeiro de 2017 e a apólice de responsabilidade civil profissional está na fase de envio de propostas por parte das seguradoras, as quais contemplem a nova modalidade.

Os seguros mantidos pela entidade propiciam as seguintes coberturas, em 31 de dezembro de 2016:

**2016** **2015**  
**Valor da cobertura máxima** **Valor da cobertura máxima**

Seguro Imóvel - 15.148.000  
 Seguro Veículos 429.666 378.646  
 Seguro Responsabilidade Civil Profissional - 1.000.000  
**429.666 16.526.646**

CONTINUA.

**CONTINUAÇÃO.****32 OUTROS ASSUNTOS**

Em março de 2013, o Ministério Público Especial de Contas e o Ministério Público do Estado do Espírito Santo emitiram o Termo de Notificação nº 0283, referente ao Processo TC - 2299/2013, solicitando a suspensão da execução do Contrato de Gestão nº 001/2012, firmado entre a AEBES Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e a SESA - Secretária de Estado da Saúde, correspondente à gestão do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.

O processo movido pela Defensoria Pública do Município da Serra, até a presente data não teve liminar concedida contra a AEBES - Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense. Sem a referida liminar, motivou-se o ajuizamento pela defensoria, de AGRAVO DE INSTRUMENTO, julgado pelo Tribunal a favor da AEBES conforme ACORDÃO expedido em 02 de dezembro de 2014 e publicado em 15 de dezembro de 2014.

\* \* \*

Sebastião Vicente de Oliveira  
Presidente

Antonio Ottobelli da Luz  
Tesorreiro

Denise Hell Elias  
Contadora - CRC-ES  
013149/O-4

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

À Assembleia Geral da AEBES

Associação Evangélica Beneficente Espírito-Santense  
O Conselho Fiscal da AEBES - Associação Evangélica Beneficente Espírito-Santense, no uso de suas atribuições legais descritas no artigo 46, inciso 2, do Estatuto Social da AEBES, examinou as Demonstrações Contábeis e demais documentos relativos às operações realizadas por esta Instituição, com o objetivo de expressar sua opinião sobre os atos da Administração referentes aos Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A BAKER TILLY BRASIL-ES considerou adequadas as demonstrações contábeis do referido exercício baseando-se na auditoria dos documentos, processos e rotinas executadas pelos Setores Financeiro e Contábil da Instituição.

Ainda que o cenário econômico financeiro do Brasil e do Estado do Espírito Santo tenha sido altamente desfavorável às empresas e, particularmente, às instituições de saúde, graças aos esforços hercúleos de toda a equipe desta Associação, tal desbravamento proporcionou resultados além dos valores projetados.

Com base na análise acurada das demonstrações contábil-financeiras do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves executadas pela Auditoria Independente, bem como a ênfase atribuída ao Processo TC-2299/2013, este Conselho Fiscal recomenda a aprovação da Prestação de Contas à Assembleia Geral da AEBES.

Vila Velha-ES, 08 de março de 2017.

Eli Saar - Relator  
Marcelino Gonçalves Ferreira - Membro Efetivo  
Oriwaldo Gomes Lima - Membro Suplente

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO - IPAJM  
GERÊNCIA DE FINANÇAS  
RESUMO DO BALANCETE DOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO  
DE 2017.

(Art. 53 da Lei Complementar nº 282 de 26/04/2004)

DESCRIÇÃO / MESES	Janeiro	Fevereiro	Março
<b>DISPONÍVEL</b>			
Disponibilidade	<b>2.641.302.985,94</b>	<b>2.721.866.109,60</b>	<b>2.776.574.856,57</b>
IPAJM	10.195.881,87	7.944.411,89	9.503.903,95
Fundo Financeiro	89.789.855,04	99.938.219,09	98.715.770,74
Fundo Previdenciário	2.541.317.249,03	2.613.983.478,62	2.668.355.181,88
<b>PAGTOS EFETUADOS</b>			
Despesas	<b>195.767.835,46</b>	<b>214.970.369,56</b>	<b>221.284.059,55</b>
IPAJM	5.417.578,43	9.103.959,66	5.297.805,46
Fundo Financeiro	182.693.776,84	197.719.959,93	207.800.155,35
Fundo Previdenciário	7.656.480,19	8.146.449,97	8.186.098,74
<b>RECEITAS REALIZADAS</b>			
Receitas	<b>223.417.066,80</b>	<b>295.533.493,22</b>	<b>275.992.806,52</b>
IPAJM	6.711.939,04	6.852.489,68	6.857.297,52
Fundo Financeiro	176.592.074,74	207.868.323,98	206.577.707,00
Aporte Financeiro	154.954.600,19	155.497.134,52	158.147.349,65
Contrib. e Rendimentos	21.637.474,55	52.371.189,46	48.430.357,35
Fundo Previdenciário	40.113.053,02	80.812.679,56	62.557.802,00
<b>APLICAÇÃO DAS RESERVAS</b>			
Reservas	<b>2.630.918.380,98</b>	<b>2.713.857.093,35</b>	<b>2.767.009.508,99</b>
Fundo Financeiro	89.744.475,37	99.898.487,98	98.671.324,77
Fundo Previdenciário	2.541.173.905,61	2.613.958.605,37	2.668.338.184,22

Fonte - SIGEFES/2017

**Notas Explicativas:**

- 1) Nas receitas do IPAJM estão incluídos os repasses recebidos do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário referente a taxa de administração.
- 2) Nas despesas do Fundo Financeiro e Previdenciário estão incluídos os repasses concedidos ao IPAJM referente a taxa de administração.
- 3) O processamento e o pagamento dos Magistrados - Inativos é realizado no âmbito do Poder Judiciário (Tribunal de Justiça), conforme determina a LC 797, de 14/05/2015, permanecendo demais vínculos, os registros contábeis e orçamentários com o IPAJM.

Anckimar Pratisolli  
Presidente Executivo

Paulo Renato da Cunha Pereira  
Diretor Administrativo e Financeiro

Susana Gonçalves de Souza José Guerra  
Gerente de Finanças

Jefferson Vieira Rodrigues  
Contador/CRC-ES Nº. 013762/O-9

Protocolo 309686

Protocolo 309591

**NOTÍCIAS,  
CULTURA  
E A HISTÓRIA  
DO ESPÍRITO  
SANTO EM UM  
ÚNICO LUGAR.**

27 3636-6929  
www.dio.es.gov.br

  
IMPRESA  
OFICIAL/ES

